

MUNICÍPIO DE CABROBÓ - PE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2018-PMC.

O MUNICÍPIO DE CABROBÓ - PE, com sede à Praça José Caldas Cavalcante, n.º 492, Centro, na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ(MF) sob o N.º 10.113.710/0001-81, através da Comissão Permanente de Licitações (CPL), torna público aos interessados, que pelos termos deste e seus documentos aplicáveis, realizará Tomada de Preços, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, COM JULGAMENTO COM BASE NO MENOR VALOR GLOBAL** apresentado, para execução de obras e serviços de engenharia, relativos à execução de construção de calçamentos em diversas ruas na sede do Município de Cabrobó, conforme contrato de repasse nº 1.052.242-18/2018 – Programa de Planejamento Urbano/ Ministério das Cidades, de conformidade com especificações, planilhas, plantas e orçamento em anexo, que fazem parte integrante deste Edital, como se transcritos aqui fossem

O recebimento da documentação e proposta comercial ocorrerá na sala de Comissão Permanente de Licitação - CPL, na Sede do Município, na Rua Treze de Maio, nº 340, Centro, Cabrobó – PE, no dia **27 de junho de 2018, às 09:00h (nove) horas**, iniciando-se a abertura dos envelopes “A” no mesmo local, dia e hora marcados para o recebimento e a proposta comercial - Envelope “B”, a ser posteriormente informado às empresas devidamente habilitadas, ou ainda na mesma ocasião, caso haja desistência por parte de todos os licitantes, dos prazos recursais que lhes são postos à disposição pela legislação aplicável à espécie. Esta licitação reger-se-á pela Lei 8.666 de 21/06/93 publicada no Diário Oficial da União - DOU de 22/06/93, reeditada em 06/07/94.

O Edital e seus anexos serão fornecidos aos licitantes interessados, mediante o pagamento por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, obtido **na Superintendência da Receita do Município**, do valor de **R\$30,00 (trinta reais)**, para custeio das cópias xerográficas do mesmo.

1. Objeto da Licitação

O objeto da presente Licitação é selecionar, entre as empresas participantes, a proposta mais vantajosa, de **"EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, COM JULGAMENTO COM BASE NO MENOR VALOR GLOBAL"**, para execução de obras e serviços de engenharia, relativos à execução de construção de calçamentos em diversas ruas na sede do Município de Cabrobó, conforme contrato de repasse nº 1.052.242-18/2018 – Programa de Planejamento Urbano/ Ministério das Cidades, de conformidade com especificações, planilhas, plantas e orçamento em anexo.

2. Documentos Aplicáveis

São aplicáveis à presente licitação, os documentos infra-relacionados, independentemente de juntada ou transcrição dos mesmos:

- 2.1 - Normas do ABNT/ELETOBRÁS/AGESPISA/CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO/ CÓDIGO DE OBRAS em vigor e pertinentes ao objeto;
- 2.2 - Demonstrativo do Orçamento em planilhas de quantitativos p/ preenchimento Anexo I;
- 2.3 - Projeto Básico/Especificações Técnicas Anexo II.
- 2.4 - Cronograma Físico-Financeiro - Anexo III.
- 2.5 - Minuta do Contrato – Anexo IV.

3. Requisitos à Habilitação

Para habilitar-se nesta **TOMADA DE PREÇOS**, os licitantes cadastrados deverão apresentar à Comissão Permanente de Licitação - CPL, em envelope lacrado, no local, dia e hora indicados para abertura das propostas, os documentos a seguir relacionados em via única, original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, não devendo conter rasuras, emendas ou borrões. A

solicitação para que a Comissão Permanente de Licitação autentique os documentos de habilitação, apenas será deferida se realizada até o dia anterior a data de recebimento e abertura dos envelopes, mesmo que apresentados os originais.

- 3.1 - Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pela Comissão Permanente de Licitação do Município;
- 3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Certidão de Quitação de Tributos Federais da Secretaria da Receita Federal e Certidão quanto à Dívida Ativa da União), Estadual (Certidão quanto a Dívida Ativa de Tributos Estaduais) e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.3 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certidão Negativa de Débito -CND do MPS/INSS, Certificado de Regularidade de Situação - CRF da CEF/FGTS);
- 3.4 – Certidão Negativa de Débito Trabalhistas válida emitida pela Justiça do Trabalho.
- 3.5 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, relativa aos últimos cinco anos, com data de emissão há, no máximo, 30 (trinta) dias da entrega do envelope “**DOCUMENTAÇÃO**”.
- 3.6 - Declaração da firma, sob a penalidade da lei da existência de superveniência de fato impeditivo após o cadastramento, que o impeça de participar da licitação.
- 3.7 - Declaração, fornecida pelo MUNICÍPIO, de que recebeu deste os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações da licitação.
- 3.8 – Balanço Patrimonial, referente ao último exercício já exigível e apresentado na forma da Lei.
- 3.8.1 – Os licitantes que forem Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA) deverão apresentar no envelope de habilitação, cópia do Balanço Patrimonial já exigível, na forma da lei, com cópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantadas, inclusive os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 3.8.2 - Em sendo sociedades regidas pela Lei N.º 6.404/76 (Sociedade Anônima), Balanço Patrimonial publicado no Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 3.8.3 – Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei N.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverão apresentar fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- 3.8.4 – Sociedades criadas no exercício em curso deverão apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 3.9 – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 3.10 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- 3.11 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 3.12 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 3.13 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ;
- 3.14 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Edital;
- 3.15 – Quanto à qualificação técnica os licitantes cadastrados deverão apresentar a seguinte documentação:
 - 3.15.1 – Certidões de registro de regularidade de situação da empresa, do responsável(is) e dos profissionais a serem diretamente envolvidos na execução das obras, expedidas Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente e visadas pelo CREA/CAU - PE, conforme estabelecido pela lei N.º 5.194/66, em especial em seu artigo 69;
 - 3.15.2 – Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por órgão(s) da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Municípios ou Distrito Federal, e respectiva(s) Certidão(ões) emitida(s) pelo CREA/CAU, indicando que o Licitante possua em seu quadro técnico, profissional que tenha executado obra com características semelhantes a da presente licitação, conforme discriminado abaixo.

ITEM	SERVIÇO	UNID
01	Regularização de Superfícies em terra com Motoniveladora.	M ²
02	Pavimento em paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M ²
03	Execução de Passeio (Calçada) ou piso de concreto com concreto Moldado in Loco, usinado, acabamento convencional.	M ²

3.15.3 - A empresa licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos envelopes “**HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA**” o(s) engenheiro(s) detentor(es) da(s) certidão(ões) e atestado(s) apresentado(s) para atendimento a este item, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

3.16 - Declaração expressa de que a LICITANTE aceita e se submete a todas as condições estabelecidas neste EDITAL, seus anexos, ou em qualquer outro documento complementar que a COMISSÃO DE LICITAÇÃO venha a editar até a data da realização da licitação.

3.17 – Comprovação de que recolheu, em até 03 (três) dias anteriores a data de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação, por meio de quaisquer das formas previstas na Lei 8.666/93, Art. 31, III c/c 56, § 1º, garantia de **R\$ 8.086,67 (oito mil, oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**. Em recaído a garantia em títulos da dívida pública, os originais deverão se fazer acompanhar de certificado do órgão emissor, certificando quanto às suas autenticidades bem como de laudo de atualização expedido por organismo idôneo, com assinaturas dos prepostos reconhecidas em cartório. Os títulos deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, conforme permitido pelo art. 56, § 1º, I, da lei 8.666/93;

3.17.1 – Apresentada a caução de que trata este item, a Tesouraria do Município, emitirá recibo, especificando minuciosamente o tipo de caução recebida. Não serão aceitas garantias emitidas por pessoa jurídicas ou fiscais estranhas ao processo licitatório. Deste modo, somente serão aceitos cheques emitidos por empresa participante do processo licitatório, e que tenha no tempo próprio adquirido o edital. As garantias feitas em cheque de emissão de empresa licitante participante, somente terão os recibos expedidos, de forma como tratado neste subitem, quando da efetiva compensação definitiva do cheque. No momento da prestação deste tipo de garantia, ou seja, por meio de cheque de emissão da empresa participante, será dado recibo provisório de recebimento do cheque e não de recebimento de garantia. Posteriormente, quando da efetiva compensação do cheque, será fornecido o recibo quanto a garantia propriamente dita. Somente serão fornecidos recibos definitivos quanto às garantias de participação, feitas por meio de cheque, daqueles que tenham sido efetivamente compensados até três dias antes da data de recebimento das propostas. Os cheques que somente forem compensados em datas posteriores das que mencionadas neste subitem serão desconsideradas e devolvidas aos emitentes. Para fins de comprovação da data da efetiva compensação dos cheques, com demonstração da data em que os valores ficaram realmente a disposição do Município, a Tesouraria do município, anexa ao processo, cópias dos extratos bancários das contas correntes onde os mesmos foram depositados.

3.17.2 – As garantias com títulos da dívida pública, seguro garantia e fiança bancária, deverão se apresentar em seus originais, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas. Estas garantias ficarão sob a guarda e cuidados da Tesouraria do Município.

3.18 – Atestado de visita ao local da obra por meio de responsável técnico da empresa, a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura. Será através da referida visita que os licitantes tomarão conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação. O responsável técnico da empresa interessada deverá efetuar agendamento prévio, em data não posterior ao dia 22 de junho de 2018, junto à Secretaria de Infraestrutura Urbana, cujo endereço consta do preâmbulo deste edital, para, em companhia de servidor da mesma, fazer a devida visita ao local da obra.

3.19 – Declaração do cumprimento do que disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, firmado pelo interessado ou pelo seu representante legal, quem declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele mencionada preceito constitucional;

3.20 - Não será admitida nesta TOMADA DE PREÇOS, a participação de CONSÓRCIOS ou GRUPOS DE EMPRESAS quaisquer que sejam suas formas de constituição.

3.21 - Não poderão concorrer empresas que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas pelo Município ou por qualquer órgão de Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal

bem como, que estejam punidas com a suspensão do direito de licitar enquanto perdurar a punição ou até que haja sua reabilitação.

3.22 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução da obra:

3.22.1 - O Autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, salvo como consultor técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento exclusivamente a serviço do Município.

3.22.2 - Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5%(cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.22.3 - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.23 - Não poderão participar desta TOMADA DE PREÇOS, empresas que estiverem sob processo de falência ou concordata.

3.24 - O licitante deverá apresentar, junto a documentação de habilitação, índice contendo a relação de toda a documentação apresentada pelo mesmo.

3.25 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação no envelope de habilitação, da seguinte documentação:

I – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9.317/96:

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.26 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo que sua regularidade fiscal apenas será exigida quando da assinatura do contrato com a Administração Pública, a teor do que dispõe o Artigo 42, da Lei Complementar N.º 123/06.

3.27 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de certidão negativa.

3.28 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 3.27, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4. Apresentação da Proposta Comercial

4.1 - As propostas deverão ser apresentadas em duas vias completas, de igual teor, absolutamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e somente no anverso de cada folha apresentarão os seus valores totais nas formas numéricas e extensa, em quantidade de Reais para a data de emissão da Proposta.

4.2 - No conteúdo da proposta comercial devem constar:

a) A Planilha de Custos Unitários, preços de itens e preço total, básico para a data limite para a apresentação da proposta. Considera-se data limite para apresentação da proposta aquela estabelecida neste Edital ou em suas alterações, como última data para entrega dos envelopes contendo as propostas.

b) O cronograma físico-financeiro da obra.

c) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data da abertura da Licitação.

4.3 - Todos os valores ofertados expressos em quantidade de Reais serão considerados completos, abrangendo todos os impostos incidentes, seguros, taxas, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias da proponente e de seus empregados e do percentual de lucro esperado.

4.4 - Ocorrendo na proposta divergência entre os valores numéricos e os por extensos, prevalecerão estes últimos. Havendo dúvidas ou discrepâncias entre os preços unitários, parciais e global, prevalecerão os unitários sobre os parciais e os parciais sobre o global.

4.5 - Na elaboração da proposta comercial devem ser observadas todas as condições e forma de pagamento e demais obrigações decorrentes da execução do objeto desta licitação.

5. Apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais

5.1 - As propostas e documentos de que tratam os itens 3 (três) e 4 (quatro) deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação - CPL, no local, dia e hora descritos no preâmbulo, em dois envelopes opacos (A e B), lacrados e rubricados no fecho. O primeiro (A) contendo a documentação de licitação e o segundo (B) contendo a proposta comercial.

5.2 - Os envelopes deverão ter, na parte externa, os seguintes dizeres respectivamente:

5.2.1 - Envelope "A" (Habilitação)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ - PE

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Tomada de Preços nº 001/2018

Local: Rua Treze de Maio, nº 340, Centro, Cabrobó – PE

Data: 27/06/2018

Hora: 09:00 horas

Razão Social da Licitante _____

Documentos de Habilitação

5.2.2 Envelope "B" (Proposta Comercial)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ - PE

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Tomada de Preços nº 001/2018

Local: Rua Treze de Maio, nº 340, Centro, Cabrobó – PE

Data: 27/06/2018

Hora: 09:00 horas

Razão Social da Licitante _____

Proposta Comercial

6. Abertura dos Envelopes: Habilitação, Proposta Comercial.

O recebimento dos documentos de habilitação será no dia, hora e local referidos no preâmbulo deste Edital, pela "COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL" do MUNICÍPIO, devendo os trabalhos obedecerem à seguinte ordem:

6.1 - Na presença de representantes das firmas licitantes e de membros da CPL, serão recebidos os envelopes tipo "A" devidamente fechados e rubricados no fecho, os quais serão abertos e verificados se preenchem os requisitos estipulados no item 03(três). O MUNICÍPIO terá um prazo de 05(cinco) dias úteis a contar deste ato de dar o resultado da habilitação, caso não haja nenhum impedimento administrativo e/ou legal.

6.2 - Serão recebidos a seguir, na mesma ocasião, os envelopes "B" contendo as propostas propriamente ditas, os quais ficarão na guarda da CPL até a data de sua abertura.

6.3 - As propostas comerciais das firmas cuja documentação de Habilitação não esteja de acordo com o estipulado no item 03 (três), serão devolvidas fechadas ao representante presente, no dia da abertura das referidas propostas comerciais. As propostas cuja documentação estiver de acordo serão lidas em voz alta e concomitantemente, anotados os valores principais no mapa comparativo de preços.

6.4 - Somente será permitida a participação na sessão, de um representante de cada Proponente credenciado e aquele que não for credenciado participará apenas como ouvinte, não podendo rubricar documento ou fazer observação em ata, sem prejuízo da participação da Proponente no processo.

6.5 - Não será permitida a retirada da documentação do recinto da sessão de recebimento, nem a sua reprodução por qualquer forma.

6.6 - O MUNICÍPIO se reserva o direito de não receber a documentação de Habilitação ou Proposta Comercial que não esteja identificada conforme previsto no item 05(cinco) deste Edital.

6.7 - Nenhuma alteração ou complementação da proposta comercial ou da documentação de habilitação será aceita posteriormente ao recebimento, ressalvando esclarecimentos que venham a ser solicitados, a qualquer tempo, pelo Município.

6.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências contidas neste Edital.

6.9 - A licitante não poderá pleitear do Município, o pagamento de qualquer importância, em virtude de eventuais falhas ou omissões em suas propostas e/ou projeto, mesmo que aprovados pelo Município.

6.10 – No valor da proposta, deverão estar inclusos os impostos devidos para tal tipo de atividade, ficando consignado desde já, que o Município, dentre outros devidos pelo contribuinte, fará retenção do valor do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sendo de 1,5% (um vírgula cinco por cento) para Pessoas Jurídicas e 5%(cinco por cento) relativo ao ISS – Imposto Sobre Serviços e ainda, do mesmo modo, será feita retenção de contribuição devida ao INSS, conforme termos da Instrução Normativa SRP Nº 03. de 14 de Julho de 2005, da lavra da Secretaria da Receita Previdenciária (Art. 145).

7. Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Município ou onde esta indicar, pelos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados, conforme disposições abaixo:

7.1 - A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança e encaminhará à Secretaria de Infraestrutura do Município, no endereço do preâmbulo, sendo o pagamento efetuado até o 15º(décimo quinto) dia após a conclusão do evento físico ou da apresentação do documento de cobrança, o que ocorrer por último, não havendo compensação financeira por esta carência. Caso o décimo quinto dia coincida com Sábado, Domingo ou Feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

7.2 - Nos documentos de cobrança deverão constar:

- a) Número do contrato e data de assinatura;
- b) Item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança;
- c) Local de aplicação e/ou execução dos serviços;
- d) Valor da parcela correspondente.

7.3 - Em caso de atraso no pagamento por culpa do MUNICÍPIO, o valor devido será acrescido de 0,5% ao mês "pro rata dia" pelo período em atraso, tendo o MUNICÍPIO 10(dez) dias, a contar da entrada do documento de cobrança correspondente, no seu Protocolo Geral, para efetuar o pagamento.

7.4 - Não será admitida cobrança via rede bancária.

7.5 - Havendo erros ou omissões no documento de cobrança, este será devolvido à CONTRATADA no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, para que essa tome as providências recomendáveis, reapresentando o documento, processando-se o respectivo pagamento até o 15º(décimo quinto) dia após a reapresentação do documento.

7.6 - Os créditos a favor do Município, não liquidados até a data do vencimento acordada, terão seus valores acrescidos de 0,5% ao mês, "pro rata dia", desde a data do vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

7.7 - A antecipação de eventos contratuais por iniciativa exclusiva da CONTRATADA, não criará para o Município, responsabilidade de antecipar os eventos administrativos, físicos e/ou financeiros correlatos.

7.8 - Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá enviar materiais com frete a pagar no destino.

7.9 - Os impostos, contribuições e taxas incidentes sobre o faturamento serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.10 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades, quaisquer que forem, nem implicará na aprovação definitiva da execução total ou parcial do fornecimento e/ou serviços contratados.

7.11. – O CONTRATADO, somente terá direito ao pagamento das faturas mensais, fruto das medições realizadas, mediante a apresentação ao CONTRATANTE, com cópia autenticada, de comprovação do recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados seus empregados, incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, para atendimento do que disposto no § 3º do Art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95.

7.12 – Para efeito de observância do item anterior, o CONTRATADO deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para a obra/serviço, devendo cópia autenticada ser apresentada ao CONTRATANTE, quando da ocasião da quitação da nota fiscal ou fatura, que se fará acompanhar da guia de recolhimento também autenticada, para que se possa atender o que disposto no § 4º do Art. 3º da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95. Observar-se-á também, quando dos pagamentos de faturas, a obrigatória apresentação ao CONTRATANTE dos documentos listados nos incisos I a IV do Art. 190 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03 quando se tratar de obra, e cópias de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) específicas, códigos 150 ou 155, constantes do Manual da GFIP, e respectivo documento de arrecadação, observado o disposto no art. 169 e 187, II da IN MPS/SRP N.º 03/2005, quando se tratar de serviços.

7.13 – Caso o CONTRATADO não atenda o que disposto nos itens anteriores, quanto à comprovação do pagamento das contribuições previdenciárias relativas e calculadas sobre a remuneração dos segurados seus empregados na obra, o pagamento da fatura será efetivado, mediante o desconto do percentual de 11% (onze por cento) do total da fatura ou nota fiscal, ou sobre o valor dos serviços, se por acaso, na planilha do CONTRATANTE e neste contrato, tais montantes não estejam calculados separadamente, quanto a equipamentos e materiais, observado em quaisquer casos, o disposto nos Arts. 152 a 160 da Instrução Normativa MPS/SRP N.º03, de 14 de julho de 2005.

7.14 – Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, fornecidos pela CONTRATADO, indispensáveis à execução do serviço, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, e acaso constantes neste instrumento de contrato, não estão sujeitos à retenção de que trata o item anterior.

7.15 – Se houver previsão, neste contrato, de fornecimento de material ou equipamento, mas sem discriminação de valores, a base de cálculo da retenção não poderá ser inferior a 60%(cinquenta por cento) do valor bruto na nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, desde que devidamente discriminada nestes documentos.

7.16 – Na falta de discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a base de cálculo será o valor bruto, ainda que a discriminação conste neste contrato.

7.17 – Havendo discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, mas inexistindo a previsão neste contrato para fornecimento de material ou equipamento, a base de cálculo da retenção será o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo.

7.18 – O CONTRATADO deverá obrigatoriamente após a assinatura deste contrato, na forma como previsto nos Art. 19, III, alíneas “c”, “d” e “e”, e nos arts. 25 a 32, da Instrução Normativa MPS/SRP N.º 03, de 14/07/2005, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, para obtenção de Matrícula CEI – Certificado de Matrícula, com número cadastral básico, o qual será apresentado ao CONTRATANTE, antes do pagamento da primeira fatura ou nota fiscal.

8. Condições de Reajuste

8.1 - Os preços dos materiais/serviços objeto do contrato decorrente desta licitação serão reajustados para mais ou para menos, a cada período de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta subsequente, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 - IO) / IO$$

Onde:

R= valor do reajuste procurado

V= valor básico contratual da parcela relativa ao fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado.

IO= índice econômico relativo ao mês de apresentação da proposta (base dos preços)

I1= índice econômico relativo ao 12º, 24º ou 36º mês após o mês da apresentação da proposta e assim sucessivamente conforme o período de duração do contrato.

O índice (1) será o INCC, publicado pela Fundação Getulio Vargas, que poderá ser substituído no momento em que o Município e a entidade de classe a que se filie a CONTRATADA venham a definir um outro que melhor se reflita a aderência à variação dos custos de produção do objeto do contrato.

8.2 - Após a aplicação do reajuste, o novo valor da parcela ou saldo contratual passará a ser o novo preço reajustado a ser praticado nos próximos 12 (doze) meses, a partir daquela data, permanecendo irremovível em cada período de 12(doze) meses.

8.3 - O reajuste nos termos do item 8.1, é aplicável somente aos valores referente a eventos físicos realizados a partir do 1º(primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º, 24º ou 36º mês, e assim sucessivamente, contados da data limite para apresentação da proposta (base de preços).

8.4 - O coeficiente apurado através da formula de reajuste será calculado até a quinta casa decimal, desprezando-se as demais.

8.5 - Em caso de atraso da contratada no fornecimento do bem ou prestação do serviço prevalecerá sempre, para pagamento, o menor preço reajustado conforme disposto contratualmente, para a data prevista para o adiantamento da obrigação contratual ou para a data do efetivo adimplemento da obrigação.

8.6 - O contrato decorrente desta licitação com prazo de duração inferior a um ano, em caso de acréscimo de quantidade, atraso na assinatura ou prorrogação da vigência do mesmo, poderá ser reajustado de acordo com as disposições dos itens anteriores, desde que tais casos não estejam associados a atraso por responsabilidade imputável à CONTRATADA no cumprimento de eventos previstos contratualmente.

9. Forma de Pagamento

9.1 - Os pagamentos dos valores devidos pela execução dos serviços objeto desta licitação, serão efetuados de conformidade com medições mensais, que deverão ser apresentadas ao Município, quando serão objeto de avaliação e confirmação de execução dos mesmos, por parte da Secretaria de Obras/ Infra-estrutura e de sua fiscalização.

9.1.1 - O Município, poderá, desde que haja recursos financeiros disponíveis para tanto, efetuar a primeira medição, em lapso de tempo inferior a trinta dias, desde que se comprovem os primeiros eventos, tipo mobilização, limpeza do terreno ou outros previstos em planilha, e comprovação e colocação no canteiro de obras, de equipamentos materiais necessários à execução das obras objeto da presente licitação.

9.2 - A aceitação dos eventos acima será condicionada à presença de um técnico de nível superior responsável pela obra, no ato da vistoria a ser feita pelo Município.

10. Apuração e Julgamento

10.1 - As propostas comerciais serão recebidas e apuradas pela "Comissão Permanente de Licitação".

10.2 - A presente licitação será julgada sob o critério de menor preço. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta apresentar o menor preço global.

10.3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 3 da Lei 8.666, de 21/06/93, será decidido pelo critério de sorteio, na presença da Comissão Permanente de Licitação e dos representantes das Proponentes.

10.4 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço.

10.5 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 - microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.5.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 10.4.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.4.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.5.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

10.5.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 10.5.1 e 10.5.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.6 - O disposto item 10.5 e subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, e não havendo propostas, o desempate entre duas ou mais propostas será efetuado mediante sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes.

10.7 - Não serão aceitos na presente licitação preços globais maiores que os estabelecidos no orçamento da Prefeitura, anexo deste, sendo, portanto, este o critério de aceitabilidade dos preços nesta licitação, conforme determinações do Art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93.

10.8 - Consideram-se manifestamente inexeqüíveis, como previsto no Inciso II do Art. 48 da Lei 8.666/93, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Prefeitura, ou valor orçado pela Prefeitura.

10.9 - Ocorrendo licitante classificado na forma do disposto acima, cujo valor da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" acima, será exigida, para que se possa assinar o contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do Art. 56 da Lei 8.666/93, e que será prestada em valor igual a diferença entre o montante resultante do cálculo efetuado para que se ache se a proposta é inexeqüível, conforme estipulado acima, e o valor da correspondente proposta, tudo observadas as disposições do Art. 48, inciso II, parágrafos 1º e 2º, da lei regente a nível nacional das licitações e contratos no âmbito da administração pública.

11. Adjudicação e Assinatura do Contrato

11.1 - A Adjudicação dos serviços objetos da presente Licitação, será feita a licitante julgada vencedora à luz dos critérios estabelecidos neste Edital.

11.2 - Uma vez definida a adjudicação da presente Licitação, o Município convocará formalmente, por carta, a Proponente para assinatura do contrato.

11.3 - A proponente convocada terá o prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, à partir da autorização formal do Município, como condição para assinatura do contrato, para:

a) Credenciar todos os seus empregados que executarão os serviços contratados.

11.4 - Fica estabelecido o prazo de até 5(cinco) dias úteis para assinatura do contrato, a partir da data de convocação da proponente pelo Município, após o cumprimento do disposto no item 11.3.

12. Habilitação à Assinatura do Contrato

Para habilitar-se à assinatura do contrato decorrente desta licitação é necessário que a licitante:

12.1 - Tenha recebido correspondência do Município informando ser a mesma vencedora da licitação;

13. Prazo de Execução

13.1 - O prazo para execução de todos os serviços objeto da presente Licitação será de **06 (seis)** meses a contar da data de assinatura do contrato dela concorrente, ou ordem de serviço, valendo o que for por último emitido.

14. Classificação Orçamentária

14. Todos os valores financeiros a serem pagos decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte classificação e os recursos são oriundos da União Federal e do Município de Cabrobó:

Unidade Orçamentária: 02.07

Elemento de Despesa: 4490.51.00

Programa Atividade: 1812; 1875

15. Penalidades

15.1 - Se a licitante vencedora deixar de cumprir os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta, ou os concernentes às especificações e outras condições estabelecidas no presente Edital, o Município, poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novo processo licitatório.

15.2 - Por inexecução total ou parcial de qualquer das condições estabelecidas neste Edital, o Município, poderá independentemente de cobrança de multas e garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária de participar em licitações com o Município, e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - As sanções previstas acima poderão também ser aplicadas ao licitante que, em razão de contratos regidos pela Lei Nº 8.666/93 tenham sofrido condenação definitiva, por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Em caso de multa por atraso na conclusão dos eventos previstos no item 9 deste Edital, esta será representada por percentual sobre o valor total do evento em atraso, reajustado conforme contratualmente disposto, não excedendo a 10%(dez por cento) do referido valor.

15.4 - O licitante adjudicatário sujeitar-se-á às sanções de que tratam os artigos 86, 87 e 88 e a Seção III, Capítulo IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

15.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecidas na Lei 8.666 de 21/06/93.

15.6 - A inexecução total ou parcial do contrato implicará em multa de 10%(dez por cento) do valor total do ajuste ou do evento físico em atraso, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

16. Rescisão

O contrato decorrente desta licitação poderá ser rescindido na incidência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666 de 21/06/93, seus incisos e parágrafos, considerando-se para tanto também as determinações dos artigos 79 e 80 juntamente com seus parágrafos e incisos.

17. Recursos Administrativos

17.1 - Cabe às Licitantes o direito aos recursos administrativos constantes do Capítulo V da lei 8.666 de 21/06/93.

- Dos atos da Administração e da Comissão Permanente de Licitação, decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93 cabem:

I - **RECURSO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da presente licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II- **REPRESENTAÇÃO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da presente licitação, de que não caiba recurso hierárquico

17.2 - Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” acima, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva ao mesmo.

17.3.1 - Interposto o recurso, do teor do mesmo se fará comunicação aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

17.3.2 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

17.3.3 - Qualquer prazo de recurso, só se inicia se os autos do processo estiverem franqueados aos interessados.

17.3.4 - Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.3.5 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital, em dia de expediente da Prefeitura Municipal.

18. Disposições Finais

18.1 - As dúvidas na interpretação do presente Edital e na apreciação do projeto executivo ou básico, deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação - no endereço constante no preâmbulo do presente Edital, ou pelo Fone/Fax Nº (0**87)3875-1632

18.2 - O representante credenciado pela licitante deverá apresentar instrumento de procuração pública ou particular, esta com firma reconhecida por tabelião, ou outro documento probatório da legal representatividade da empresa quando for seu diretor ou gerente.

18.3 - Em caso de dúvida entre o projeto e os detalhes, valem os detalhes. No caso de divergência entre o projeto e planilhas, vale o conjunto em ambas as indicações de forma a se complementarem. No caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras. Divergências entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala. Divergências entre desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes.

18.4 - A documentação técnica referente à obra no seu decorrer deverá ser entregue pela CONTRATADA, Secretaria de Infraestrutura/Obras.

18.5 - A apresentação da proposta implicará, automaticamente, na concordância tácita da Proponente com todas as condições deste Edital e seus documentos.

18.6 - A permissividade da subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do Município.

18.7 - Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos aplicáveis e o teor deste Edital, prevalecerá, o contido neste último.

18.8 - O CONTRATADO se obriga a conferir todos os itens de planilhas aqui apresentados, se responsabilizando pelas suas qualidades principais e totais.

Cabrobó (PE), em 08 de junho de 2018.

Thiago Lopes Quirino
Presidente de CPL



**Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2018
Projeto Básico/Especificações Técnicas**

1.0 – INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cabrobó apresenta o Projeto Básico para a **PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AGUIELO GONÇALVES DOS SANTOS, RUA JOSÉ WELINGTON RODRIGUES, RUA CLAUDIO APRIGIO DA SILVA, RUA VALDEMAR CLEMENTINO RAMOS, RUA DEOCLECIANO VENANCIO DO NASCIMENTO**, na sede do Município. As referidas ruas são de grande importância para nosso município, porém sofrem com a situação em que se encontram, sem pavimentação, o que dificulta a trafegabilidade, principalmente nos períodos chuvosos.

Diante do exposto, faz-se necessária pavimentação em paralelepípedos graníticos destas vias, para melhor atender nossa população.

1.1 - CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

A população total do Município era de **28.793 habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (01.07.2006). Sua área é de **1.658,08 km²**, representando **1,69 %** do Estado, **0,11 %** da Região e **0,02 %** de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,68, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Localiza-se a uma latitude 08°30'51" sul e a uma longitude 39°18'36" oeste, estando a uma altitude de 325 metros.



Área Territorial: **1.658,08 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1928**

Microrregião: **Petrolina**

Mesorregião: **São Francisco Pernambucano**

Altitude da Sede: **325 m**

Distância à Capital: **536 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

1.2 – LOCALIZAÇÃO E ACESSO

O município está localizado na Mesorregião do São Francisco Pernambucano e na Microrregião de Petrolina do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Terra

Nova, a sul com o Estado da Bahia, a leste com Salgueiro e Belém de São Francisco, e a oeste com Orocó e Parnamirim.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 325 metros e coordenadas geográficas de 08° 30' 43" de latitude sul e 39° 18' 24" de longitude oeste, distando 536 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-428.

1.3 - OBJETO

Este Projeto Básico tem como objeto: Pavimentação em paralelepípedos graníticos das ruas **PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AGUIELO GONÇALVES DOS SANTOS, RUA JOSÉ WELINGTON RODRIGUES, RUA CLAUDIO APRIGIO DA SILVA , RUA VALDEMAR CLEMENTINO RAMOS, RUA DEOCLECIANO VENANCIO DO NASCIMENTO**, na sede do Município.

1.4 - JUSTIFICATIVAS

A execução dessa obra encontra justificativa consistente na necessidade premente de melhorar a infraestrutura no nosso Município. O município de Cabrobó, principalmente após o início das obras da transposição do Rio São Francisco, aumentou consideravelmente o fluxo de veículos, bem como a quantidade de visitantes.

A prefeitura municipal vem frequentemente procurando melhorar a Infraestrutura na sua Sede. A Pavimentação em paralelepípedos graníticos das ruas **PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AGUIELO GONÇALVES DOS SANTOS, RUA JOSÉ WELINGTON RODRIGUES, RUA CLAUDIO APRIGIO DA SILVA , RUA VALDEMAR CLEMENTINO RAMOS, RUA DEOCLECIANO VENANCIO DO NASCIMENTO**, será um importante passo para melhorar a trafegabilidade de veículos, bem como a segurança para os pedestres que constantemente passam por estas importantes vias.

1.5 - LOCALIZAÇÃO DA OBRA

As ruas a serem pavimentadas encontram-se na sede do Município de Cabrobó.

1.6 - EXECUÇÃO DO OBJETO E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

Em função das características de usos locais do tráfego que utilizam as vias em estudo, optou-se por uma pavimentação em paralelepípedos graníticos, assentados sobre colchão de areia e rejuntados com argamassa de cimento e areia grossa.

O referido tipo de pavimento apresenta como vantagens, seu baixo custo de implantação e facilidade de manutenção e recuperação.

1.7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Para execução da obra, objeto deste projeto básico, estima-se um prazo de **150 (cento e Cinquenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Contrato.

1.8 - CUSTOS ESTIMADOS

Os custos para execução da obra estão estimados em (**R\$ 808.667,36 Oitocentos e oito mil , seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos**) tendo como referência os custos unitários da Tabela SINAPI MAR 2018 e DNIT NOV 2016.

2.0– PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 - Introdução

A Prefeitura Municipal de Cabrobó, apresenta o Projeto Básico de PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS GRANÍTICOS das Ruas **PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AGUINELO GONÇALVES DOS SANTOS, RUA JOSÉ WELINGTON RODRIGUES, RUA CLAUDIO APRIGIO DA SILVA , RUA VALDEMAR CLEMENTINO RAMOS, RUA DEOCLECIANO VENANCIO DO NASCIMENTO**, na sede do Município

2.1.1- ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Os estudos topográficos necessários à implantação do projeto básico de pavimentação constam das seguintes etapas:

Levantamentos preliminares

Nivelamento e contra nivelamento das ruas a serem pavimentadas

Os levantamentos preliminares tiveram como objetivo, amarrar os elementos físicos de interesse dos projetos, conforme caderneta topográfica de campo e demarcação **"IN LOCO"**.

2.1.2 – PROJETO DE DRENAGEM

2.1.2.1 – Geral

Realizada a topografia das e baseando-se nos levantamentos topográficos, definimos que a **drenagem será superficial através da linha d'água, por ter declividade suficiente para a condução das águas pluviais** e desembocará em áreas não pavimentada ou em córregos / canais naturais.

2.1.3 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

2.1.3.1 – PROJETO GEOMÉTRICO

Constituíram-se elementos básicos ao projeto geométrico, as informações planialtimétricas e cadastrais, obtidas através dos levantamentos topográficos realizados nas Ruas

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PREFEITO ANTONIO BRANDÃO CAVALCANTE, TRAV. ANTONIO BRANDÃO CAVALCANTE, RUA MARIA PEREIRA DE SÁ, AV. CICERO FREIRE DO NASCIMENTO, RUA LEÔNIDAS GONÇALVES DA SILVA (2. TRECHO), RUA JESSYANE DE SOUZA LIMA, com a indicação dos alinhamentos dos meios fios projetados, posições dos recuos e muros das edificações lindeiras, cotas das soleiras das edificações, além de outros elementos que balizaram a escolha dos alinhamentos ideais para os eixos dos projetos geométricos de cada Via.

As normas determinantes dos projetos geométricos foram definidos pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ** como:

Largura das pistas de rolamento das vias;

Declividade Mínima das Vias;

Largura dos passeios laterais.

2.1.3.2 – ALINHAMENTO HORIZONTAL

Os passeios laterais são variáveis e foram projetados para terem larguras mínima de 1,20 m, compatível, portanto com a caixa da via em estudo e a ser construído no futuro com recursos da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande.

As inclinações transversais das pistas de rolamento serão feitas do eixo para os bordos, com 2% de declividades, conforme detalhado em planta específica em anexo.

As linhas d'água terão 0,25 m de largura e serão localizadas nos bordos, conforme detalhado em planta específica em anexo.

Os futuros passeios laterais terão inclinações variáveis concordando com as soleiras das casas.

Os alinhamentos horizontais foram desenvolvidos a partir dos eixos de locação, para uma melhor adequação com as condições geométricas locais.

2.1.3.3 – ALINHAMENTO VERTICAL

O projeto de "greide" da via foi desenvolvido de modo que a cota mínima seja 0,10 m abaixo da cota da soleira, portanto usual pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABROBÓ**.

Observaram-se também os sistemas de drenagem existentes de modo a adequá-los com a pavimentação proposta com o intuito de evitar alagamentos futuros.

Por ser uma obra simples, apresentaremos apenas, planta com os elementos necessários e usuais em projetos de pavimentação de pequeno porte.

2.1.3.4 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

2.1.3.4.1 – GENERALIDADES

Em função das características de usos locais do tráfego que utilizam as vias em estudo, optou-se por uma pavimentação em paralelepípedos graníticos, assentados sobre colchão de areia e rejuntados com argamassa de cimento e areia grossa.

O referido tipo de pavimento apresenta como vantagens, seu baixo custo de implantação e facilidade de manutenção e recuperação.

2.1.3.4.2 – DIMENSIONAMENTO

As estruturas dos pavimentos foram dimensionadas com base no "MÉTODO DE PELTIER", que associa a espessura total do pavimento à resistência ao "PUNCIÓNAMENTO" do solo, medida pelo índice de suporte do subleito / sub-base e pela carga máxima transmitida por roda ao terreno.

A espessura dos paralelepípedos foi considerada igual a 10,00 cm e o colchão de areia, com espessura mínima de 6,00 a 7,00 cm.

Também de acordo com as normas, a face à textura do subleito das vias a serem pavimentadas no loteamento, adotou-se o descrito a seguir:

- Em todas as ruas, fruto desse projeto básico, o próprio subleito natural será utilizado, por apresentar características físicas apropriadas.

Para dimensionamento da espessura total do pavimento, utilizaremos o **MÉTODO DE PELTIER**, apresentado sobre o seguinte aspecto:

$$E = (100 + 150 \sqrt{P}) / IS + 5 \quad \text{onde:}$$

E = espessura total do pavimento, em CM.

P = Carga máxima por roda, em Tonelada

IS = Índice de suporte Califórnia da sub-base, em porcentagem

3.0– ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO

3.1 OBJETIVO

As presentes especificações técnicas visam estabelecer as condições mínimas necessárias a serem observadas e obedecidas para execução de obras de pavimentação em paralelepípedo granítico.

Além do que preceituam as normas padrões para os serviços contratados e do que está explicitamente indicado nos desenhos, os serviços deverão obedecer a especificações do projeto e as normas e regulamentos nelas citados.

A não aceitação, por parte da Fiscalização, de serviço ou equipamento em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos na execução ou fabricação, dever ser refeito, corrigido ou substituído, sem ônus para o contratante. As dúvidas que porventura

venham a surgir e que estejam citadas nestas especificações, serão resolvidas junto a Fiscalização.

Serão de responsabilidade da empreiteira refazer, substituir todos os trabalhos que forem julgados necessários pela Fiscalização, inclusive aqueles que, porventura, forem omitidos nas presentes especificações e que no decorrer dos trabalhos forem observados. A Fiscalização quando achar conveniente, poderá solicitar a demissão de qualquer operário ou funcionário, sem que para isto tenha que justificar. O cumprimento desta solicitação deverá ocorrer no máximo em 24 horas.

PLACA DA OBRA

Fica a CONSTRUTORA obrigada a confeccionar e colocar, às suas expensas, nos locais indicados pela FISCALIZAÇÃO no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da data da assinatura do contrato, placas indicativas das obras, cujos modelos, dimensões e quantidades mínimas serão fornecidas pelo AGENTE FINANCIADOR.

LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Todas as instalações provisórias de luz e força, água e esgotos e respectivos consumos serão de responsabilidade exclusiva da CONSTRUTORA.

3.2. CARACTERÍSTICAS DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PAVIMENTAÇÃO

3.2.1 Paralelepípedo

Os paralelepípedos devem ser extraídos de rochas graníticas, gnaisses ou basalto desde que satisfaçam as seguintes condições:

- a) Peso específico aparente (ABNT-NB 29/69) _____ 2400kgt/m³
- b) Ensaios de Los Angeles
(desgastes – DNER-ME-35/64) _____ 40%
- c) Durabilidade (DNER-ME-89/74) _____ 6%

As dimensões deverão ser toleráveis a níveis que permitam visualmente verificar existir paralelismo entre as faces, desde que satisfaça as seguintes dimensões:

- a) Comprimento _____ 0,17 a 0,20m
- b) Largura _____ 0,11 a 0,17m
- c) Altura _____ 0,08 a 0,12m

A face superior onde irá atuar o tráfego, deve ser sempre escolhida a maior devendo ter uma tolerância visual e inspecionado pela Fiscalização. Constatada a irregularidade no

lote, este deve ser ensaiado e verificado em amostras se 90% do carregamento está dentro das especificações, caso contrário, o lote estará condenado.

3.2.2 Meio fio

São peças de pedras graníticas cortadas, com a função de servir como elemento de apoio à drenagem e confinamento dos bordos do pavimento.

As dimensões deverão ser toleráveis a níveis que permitam visualmente, verificar existir paralelismo entre as faces, desde que satisfaçam as seguintes dimensões:

a) Comprimento: _____ 0,60 a 0,80m
(Trechos retos);

b) Largura (testada superior): _____ 0,15 a 0,19m
(Desde que durante toda a obra seja respeitada uma tolerância de 0,02m no geral);

c) Altura: _____ 0,35 a 0,45m
(A critério da Fiscalização).

3.2.3 Linha d'água

Parte do pavimento onde tecnicamente deve correr as águas pluviais, não captadas pelas galerias, se encontra junto ao meio fio e com ele forma a calha que permite o escoamento das águas. Esta deve ser constituída de duas pedras da pavimentação, rebaixada em relação ao nível do pavimento.

As melhores pedras devem ser para linha d'água e a calha deve ter declividade para o meio-fio a fim de não permitir que a água ataque o pavimento com frequência.

3.3. ASSENTAMENTO DOS PARALELEPÍEDOS

O assentamento dos paralelepíedos, deverá ser feito em base compactada, sobre colchão de areia.

3.3.1 Agregados para Assentamento

Os agregados para rejunte devem ser areia lavada ou de jazida, devendo estar isentos de impurezas, raízes e torrões de argila, não ultrapassando 15% na peneira 200 (0,74mm). Não devem ser aceitas areias finas ou vegetais, usadas para reboco ou quaisquer outras que não se enquadrem nas NBR's da ABNT.

O colchão de areia deverá ter espessura máxima de 0,06m, objetivando regularizar as imperfeições das pedras, a fim de não permitir que a face superior fique com ondulações desagradáveis ao tráfego. O mesmo pode ser de areia fina, sem impurezas.

3.3.2 Cimento

Deve atender as especificações da ABNT - EB-1.

3.3.3 Rejuntamento

Antes do rejuntamento a superfície deverá ser molhada até que a areia do colchão seja devidamente adensada e os espaços entre os paralelepípedos fiquem desobstruídos até no mínimo 7cm.

A argamassa deverá ser de cimento e areia no traço 1:3 com areia grossa lavada, medido volumetricamente através de padiola. O rejuntamento deverá ser feito no caneco, em duas vezes e frisados. Após sua execução deverá ser molhado por 72 horas.

3.4. ASSENTAMENTO DOS MEIO-FIOS

O assentamento dos meio-fios deverá ser feito em cavas de fundação, sobre colchão de areia fina. As arestas, devem estar alinhadas a sua altura e ser conferida com uma mangueira de nível.

A execução de banquetas com 0,40m de largura, é imprescindível e, deve ser compactada.

3.4.1 Agregados para assentamento

Os agregados para rejunte devem ser de areia lavada ou de jazida, devendo estar isenta de impurezas, raízes e torrões de argila, não devendo ultrapassar 15% na peneira 200 (0,74mm).

3.4.2 Cimento

Deve atender as especificações da ABNT - EB-1.

3.4.3 Rejuntamento

A argamassa deverá ser de cimento e areia no traço 1:3 com areia grossa lavada, medido volumetricamente através de padiola.

3.5 Calçada em Concreto Simples

Será executado um passeio em concreto traço 1:3:4, com juntas riscadas em quadrado de 1,00 x 2,00m.

As calçadas serão construídas conforme projeto e com acabamento rústico, aplicado um lastro de concreto com o traço 1:3:4 com 5 cm de espessura
Prever nos pisos externos, uma declividade de no mínimo 1% para o escoamento de água.

A superfície final deve ser desempenada simultaneamente ao endurecimento do concreto.

As juntas devem ser riscadas, formando quadros 1,00 x 2,00m..

3.6. PROTEÇÃO DO PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS.

Como a obra de pavimentação em paralelepíedros, sofre como todas as demais do setor a ação prejudicial de chuvas, com acessos interditados, devem-se tomar cuidados durante todo o período construtivo, observando o seguinte:

- a) Devem ser construídas valetas de desvio de águas pluviais durante a construção;
- b) Isolamento do trecho;
- c) Saídas abaixo da linha d'água para evitar acúmulo d'água no colchão de assentamento;
- d) Acesso provisório quando não for possível isolar o trecho executado;
- e) Manutenção após o rejunte de acordo com o material aplicado:
 - cimento e areia _____ 20 a 25 dias
 - areia _____ imediato
 - solo cimento e brita _____ 7 dias
 - material betuminoso _____ 72 horas
- f) O rejunte deve ter espessura constante sendo assim deve-se molhar bastante o colchão de areia ou a farofa.

3.7. CONTROLE TECNOLÓGICO

O Controle tecnológico deve ser com as seguintes atividades:

3.7.1 Verificação das dimensões dos poliedros e paralelepíedros após assentados:

Tolerância na fileira completa de no máximo 20% de poliedros e paralelepíedros com dimensão diferente do estabelecimento. A altura do poliedro ou do paralelepíedro nas sondagens feitas em diversos pontos escolhidos pela Fiscalização não poderá estar em menos de 10% fora dos limites estabelecidos nas especificações.

3.7.2 Verificação das dimensões das juntas

A tolerância máxima para as juntas que estão fora das exigências estabelecida será de 30% (tolerância numa fileira completa).

3.7.3 Verificação da superfície

A face do calçamento não deverá apresentar, sob nenhuma régua, sobre ela disposta em qualquer direção, depressão superior a 0,01m.

3.7.4 Verificação da espessura

A altura do colchão mais a do poliedro ou paralelepípedo, depois de comprimidos nas sondagens feitas em diversos pontos escolhidos pela Fiscalização, não poderá estar mais de 5% fora dos limites especificados.

SINALIZAÇÕES

Serão implantadas placas de sinalização semi-refletivas, afixadas sobre hastes de madeira. Serão colocadas Placas esmaltadas para identificação do NR das 03 ruas, dimensões 0,45 x 0,25 m nos cruzamentos.

Cabrobó-PE, 15 de maio de 2018

Edgar de Alencar Caldas Cavalcanti
Secretário de Infraestrutura Urbana

Antônio Ferraz Junior
Engenheiro Civil
CREA Nº 026207-D/PE

**Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2018
Minuta do Contrato**

Contrato nº ____/201_-PMC

Contrato de Empreitada por preço global, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CABROBÓ** - **PE** e _____, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, **MUNICÍPIO DE CABROBÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça José Caldas Cavalcante, nº 60, Centro, na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ(MF) sob o Nº 10.113.710/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Marcílio Rodrigues Cavalcanti, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco, no final subscrito, a seguir denominada simplesmente de **MUNICÍPIO** e de outro lado _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, no final subscrito, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado mediante cláusulas e condições seguintes:

1 - Cláusula Primeira - Objeto do Contrato

1.1 O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada para proceder à execução com base dos preços unitários apresentados, das obras e serviços de execução de construção de calçamentos em diversas ruas na sede do Município de Cabrobó, conforme contrato de repasse nº 1.052.242-18/2018 – Programa de Planejamento Urbano/ Ministério das Cidades, de conformidade com relação, especificações, planilhas, plantas e orçamento em anexo, que fazem parte integrante deste Contrato, como se transcritos aqui fossem.

1.2 Este contrato reger-se-á pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, reeditada em 06.07.94 e pela **Tomada de Preço N.º 001/2018** e será executado sob o regime de empreitada por Preço Unitário.

2 - Cláusula Segunda - Documentos Aplicáveis

Integram este contrato, como se aqui estivessem transcritos, os documentos abaixo relacionados, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- 2.1.1 Proposta da CONTRATADA, datada de ____ de ____ de 2018, referente à **Tomada de Preço N.º 001/2018**, bem como referido Edital, que é recebido como se transcrito aqui fosse;
- 2.1.2 Normas da ABNT/CELPE/COMPESA/CPRH/, em vigor e pertinentes ao objeto;
- 2.1.3 Projeto de Básico completo, de detalhes e de especificações;
- 2.1.4 Demonstrativo do Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;
- 2.1.5 Cronograma Físico - Financeiro.
- 2.1.6 - Plantas e especificações.

2.2 Os documentos referenciados no item anterior e seus sub-itens, são considerados suficientes, para em complemento a este contrato, definir sua extensão e intenção e desta forma reger a perfeita e integral execução dos serviços dentro do mais alto nível técnico independentemente de transcrição ou anexação dos mesmos ao contrato.

2.3 Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos acima mencionados à exceção do descrito no sub-item 2.1.1 e as disposições deste Contrato, prevalecerão sempre o disposto neste último e em caso de divergência entre os citados documentos prevalecerá aquele de emissão mais recente.

2.4 A partir da assinatura do presente contrato, passam a ser aplicáveis todas as correspondências, de reunião, deliberações constantes do Diário de Obra que vierem a ser realizadas e devidamente assinadas por representantes legítimos das partes, sendo pelo MUNICÍPIO, o Secretário de Obras, desde que estritamente condizentes com o objetivo deste contrato e não impliquem em alteração dos preços.

3 - Cláusula Terceira - Valor do Contrato

3.1 O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____), básico para o dia ____ de _____ de 201_, inclusos todos os impostos e demais encargos incidentes ou que venham a incidir sobre a execução do objeto deste contrato inclusive os trabalhistas, sócios previdenciários e securitários.

4 - Cláusula Quarta - Condições de Pagamento

4.1 O pagamento será efetuado na Tesouraria do MUNICÍPIO ou onde esta indicar, pelos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados, conforme disposições abaixo:

4.2 A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança e encaminhará ao MUNICÍPIO, no endereço do preâmbulo, sendo o pagamento efetuado até o 15º(décimo quinto) dia após a conclusão do evento físico ou da apresentação do documento de cobrança, o que ocorrer por último, não havendo compensação financeira por esta carência. Caso o décimo quinto dia coincida com Sábado, Domingo ou Feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

4.3 Nos documentos de cobrança deverão constar:

- a) Número do contrato e data de assinatura;
- b) Item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança;
- c) Local de aplicação e/ou execução dos serviços;
- d) Valor da parcela correspondente.

4.4 Em caso de atraso de pagamento por culpa do MUNICÍPIO, o valor devido será acrescido de 0,5% ao mês "pro rata dia" pelo período em atraso, tendo o MUNICÍPIO 10(dez) dias, a contar da entrada do documento de cobrança correspondente, no MUNICÍPIO, para efetuar o pagamento.

4.5 Não será admitida cobrança via rede bancária.

4.6 Havendo erros ou omissões no documento de cobrança, este será devolvido à CONTRATADA no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a fim de que essa tome as providências recomendáveis, reapresentando o documento, processar-se-á o respectivo pagamento até o 15º(décimo quinto) dia após a reapresentação do documento.

4.7 Os créditos a favor da contratante, não liquidados até a data de vencimento acordada, terão seus valores acrescidos de 0,5% ao mês "pro rata dia", desde a data do vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

4.8 A antecipação de eventos contratuais por iniciativa exclusiva da CONTRATADA, não criará para o MUNICÍPIO, responsabilidade de antecipar os eventos administrativos, físicos e/ou financeiros correlatos.

4.9 Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá enviar materiais com frete a pagar no destino.

4.10 Os impostos, contribuições e taxas incidentes sobre o faturamento serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.11 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades, quaisquer que forem, nem implicará na aprovação definitiva da execução total ou parcial do fornecimento e/ou serviços contratados.

4.12. – O CONTRATADO, somente terá direito ao pagamento das faturas mensais, fruto das medições realizadas, mediante a apresentação ao CONTRATANTE, com cópia autenticada, de comprovação do recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados seus empregados incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, para atendimento do que disposto no § 3º do Art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95.

4.13 – Para efeito de observância do item anterior, o CONTRATADO deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para a obra/serviço, devendo cópia autenticada ser apresentada ao CONTRATANTE, quando da ocasião da quitação da nota fiscal ou fatura, que se fará acompanhar da guia de recolhimento também autenticada, para que se possa atender o que disposto no § 4º do Art. 3º da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95. Observar-se-á também, quando dos pagamentos de faturas, a obrigatória apresentação ao CONTRATANTE dos documentos listados nos incisos I a IV do Art. 34 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 69 quando se tratar de obra, e cópias de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) específicas, códigos 160 ou 907, constantes do Manual da GFIP, e respectivo documento de arrecadação, observado o disposto no art. 26 e parágrafo único do art. 28 da IN INSS/DC N.º 69, quando se tratar de serviços.

4.14 – Caso o CONTRATADO não atenda o que disposto nos itens anteriores, quanto à comprovação do pagamento das contribuições previdenciárias relativas e calculadas sobre a remuneração dos segurados seus empregados na obra, o pagamento da fatura será efetivado, mediante o desconto do percentual de 11%(onze por cento) do total da fatura ou nota fiscal, ou sobre o valor dos serviços, se por acaso, na planilha do CONTRATANTE e neste contrato, tais montantes não estejam calculados separadamente, quanto a equipamentos e materiais, observado em quaisquer casos, o disposto nos Arts. 42 a 52 da Instrução Normativa INSS/DC N.º69, de 10 de Maio de 2002 .

4.15 – Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, fornecidos pela CONTRATADO, indispensáveis à execução do serviço, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, e acaso constantes neste instrumento de contrato, não estão sujeitos à retenção de que trata o item anterior.

4.16 – Se houver previsão, neste contrato, de fornecimento de material ou equipamento, mas sem discriminação de valores, a base de cálculo da retenção não poderá ser inferior a 60%(cinquenta por cento) do valor bruto na nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, desde que devidamente discriminada nestes documentos.

4.17 – Na falta de discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a base de cálculo será o valor bruto, ainda que a discriminação conste neste contrato.

4.18 – Havendo discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, mas inexistindo a previsão neste contrato para fornecimento de material ou equipamento, a base de cálculo da retenção será o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo.

4.19 – O CONTRATADO deverá obrigatoriamente após a assinatura deste contrato, na forma como previsto nos Arts. 3º a 15 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 69, de 10/05/2002, no prazo máximo de 30(trinta) dias, providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, para obtenção de Matrícula CEI – Certificado de Matrícula, com número cadastral básico, o qual será apresentado ao CONTRATANTE, antes do pagamento da primeira fatura ou nota fiscal.

5 - Cláusula Quinta - Condições de Reajuste

5.1 Os preços dos serviços objeto do contrato serão reajustados para mais ou para menos, a cada período de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, com eficácia para o período subsequente, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 - IO) / IO$$

Onde:

R= valor do reajuste procurado

V= valor básico contratual da parcela relativa ao fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado.

IO= índice econômico relativo ao mês de apresentação da proposta (base dos preços)

I1= índice econômico relativo ao 12º, 24º ou 36º mês após o mês da apresentação da proposta e assim sucessivamente conforme o período de duração do contrato.

O índice (1) será o INCC, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, que poderá ser substituído no momento em que o MUNICÍPIO e a entidade de classe a que se filie a CONTRATADA venham a definir um outro que melhor se reflita a aderência à variação dos custos de produção do objeto do contrato.

5.2 Após a aplicação do reajuste, o novo valor da parcela ou saldo contratual passará a ser o novo preço reajustado a ser praticado nos próximos 12 (doze) meses, a partir daquela data, permanecendo irremovível em cada período de 12(doze) meses.

5.3 O reajuste nos termos do item 8.1, é aplicável somente aos valores referente a eventos físicos realizados a partir do 1º(primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º, 24º ou 36º mês, e assim sucessivamente, contados da data limite para apresentação da proposta (base de preços).

5.4 O coeficiente apurado através da formula de reajuste será calculado até a quinta casa decimal, desprezando-se as demais.

5.5 Em caso de atraso da CONTRATADA no fornecimento do bem ou prestação do serviço prevalecerá sempre, para pagamento, o menor preço reajustado conforme disposto contratualmente, para a data prevista para o adiantamento da obrigação contratual ou para a data do efetivo adimplemento da obrigação.

5.6 Em caso de atraso na assinatura, prorrogação da vigência do mesmo, ou aditamento para acréscimo de quantidade, e desde que tais casos não estejam associados a atraso por responsabilidade imputável à CONTRATADA no cumprimento de eventos previstos contratualmente, os preços do objeto ora contratado poderão ser reajustados de acordo com as disposições dos itens anteriores.

6 - Cláusula Sexta - Forma de Pagamento

6.1 O pagamento do valor global será efetuado tomando por base medições mensais dos quantitativos realizados, levando em consideração os preços unitários.

7 - Cláusula Sétima - Classificação Orçamentaria

7.1 Todos os valores financeiros a serem pagos decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta de recursos previstos orçamentariamente na seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 02.07

Elemento de Despesa: 4490.51.00

Programa Atividade: 1812; 1875

8 - Cláusula oitava - Prazos de Execução

8.1 O prazo para execução de todos os serviços será de **150 (cento e cinquenta) dias** a contar da data da ordem de serviço.

9 - Cláusula Nona - Vinculação

9.1 - O presente contrato encontra-se vinculado, em todos os seus termos, à Tomada de Preço **N.º 001/2018**, que teve recebimento e julgamento das propostas em ___/___/2018, expedido em ___ de _____ de 201___.

10 - Cláusula Décima - Obrigações do MUNICÍPIO

10.1 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos neste contrato.

10.2 Supervisionar a perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, através de representante especialmente designado.

10.3 Mandar suspender ou refazer qualquer serviço em desacordo com as especificações técnicas recomendáveis.

10.4 Fornecer à CONTRATADA, os dados necessários, bem como dos projetos a serem executados e outros detalhes executivos.

11 - Cláusula Décima Primeira - Obrigações da Contratada

11.1 Comunicar, através de carta dirigida ao MUNICÍPIO, a conclusão de cada evento conforme o cronograma de execução, com 5(cinco) dias úteis de antecedência.

11.2 Assegurar ao MUNICÍPIO, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço. Em caso de constatação pela fiscalização do MUNICÍPIO de materiais de má qualidade ou padrão de serviços, caberá a CONTRATADA a substituição do material e/ou recomposição de serviços, conforme a conveniência do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, contados a partir da reclamação feita, sem ônus para o MUNICÍPIO.

11.3 Substituir imediatamente, o seu empregado que o MUNICÍPIO considerar inadequado ao serviço, seja porque apresenta sintomas de doenças contagiosas, comporte-se de modo incompatível com o ambiente com o ambiente de trabalho ou não possua habilitação técnica suficiente. Esta aferição fica exclusivamente a critério do MUNICÍPIO.

11.4 Garantir os materiais e serviços pelo prazo de 05(cinco) anos, conforme previsto em lei, a partir da data do Termo de Aceitação Definitiva que será emitido em até 90(noventa) dias corridos após a conclusão da obra.

11.5 Transportar todos os materiais e equipamentos para o endereço contido nas plantas de localização, não incidindo para o MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade com quebras, danos, incêndios ou acidentes.

11.6 Providenciar para que todo seu pessoal, no recinto da obra esteja identificado pelo uso de capacetes, crachás e uniforme na cor padrão da mesma e munido de todo equipamento de proteção individual, para a realização dos serviços.

11.7 Facilitar o trabalho de outras empreitadas contratadas pelo MUNICÍPIO para execução de serviços na área da obra.

11.8 Tomar as providências necessárias para a administração, transporte, alojamento, alimentação e qualquer outra questão relacionada com o emprego de mão-de-obra necessária aos serviços contratados. A CONTRATADA colocará na obra, pessoal técnico com experiência satisfatória na execução e administração de serviços semelhantes.

11.9 Responsabilizar-se por todos os atos praticados por seus empregados e deverá se empenhar na manutenção da ordem no recinto da obra.

11.10 Responsabilizar-se pela segurança de seus empregados, de pessoas e propriedades, na área dos serviços.

11.11 Observar as normas e instruções sobre segurança, permanência e conduta na realização dos serviços.

11.12 Manter e entregar a obra e todas as benfeitorias, incluídas nos limites do terreno, em perfeitas condições de limpeza e conservação.

11.13 Entregar no MUNICÍPIO, em papel copiativo, até a data de conclusão dos serviços contratuais, todos os projetos atualizados e respectivas especificações e/ou documentação técnica na qual se incluam as modificações eventualmente introduzidas nos projetos originais.

11.14 Manter, no canteiro de obras à disposição do MUNICÍPIO, um diário de obras devidamente preenchido e atualizado.

11.15 Obter o licenciamento de todos os projetos e serviços a serem executados, nos órgãos Estaduais, Municipais e Companhia Concessionárias.

11.16 Manter um técnico de nível superior responsável pela obra durante a execução dos serviços contratados.

11.17 Registrar o contrato no CREA de jurisdição da CONTRATADA, bem como providenciar placa padrão CREA, contendo o objetivo da obra, referência ao seu proprietário e os respectivos Responsáveis Técnicos.

11.18 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

11.19 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sócio-previdenciários, securitários e fiscais resultantes da execução deste contrato.

11.20 Manter durante toda a execução dos serviços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

12 - Cláusula Décima Segunda - Penalidades

12.1 O não cumprimento das obrigações descritas na cláusula décima primeira deste contrato, poderá acarretar o não pagamento da parcela mensal do contrato, enquanto perdurar a pendência.

12.2 Em caso de multa por atraso na conclusão dos eventos previstos na Cláusula Sexta deste contrato, essa será representada por percentual sobre o valor total do evento em atraso, reajustado conforme contratualmente disposto, não excedendo a 30%(trinta por cento) do referido valor.

12.2.1 A inexecução total ou parcial do contrato implicará em multa de 30%(trinta por cento) do valor total do ajuste ou do evento físico em atraso, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

12.3 As hipóteses e a forma de rescisão do presente contrato são contempladas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão administrativa.

12.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista na cláusula 12.2.1 deste instrumento.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, por prazo não superior a 02(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo de sanção aplicada com base no sub-item "b" acima.

12.6 A sanção prevista no sub-item "c" do item 12.5 deste contrato poderá ser aplicada as empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666.

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7 A CONTRATADA sujeitar-se-á as sanções de que tratam os artigos 86, 87 e 88 e a Seção III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

13 - Cláusula Décima Terceira - Disposições Gerais

13.1 A documentação técnica referente à obra deverá ser entregue pela CONTRATADA na Prefeitura Municipal de Cabrobó.

13.2 A CONTRATADA poderá participar das reuniões sobre o andamento da obra, através de um único representante devidamente credenciado.

13.3 A permissividade de subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do MUNICÍPIO.

14 - Cláusula Décima Quarta - Recebimento/Aceitação do Objeto

14.1 O recebimento/aceitação do objeto do presente contrato ficará condicionado ao atendimento, por parte da CONTRATADA, dos prazos e obrigações aqui previstas.

15 - Cláusula Décima Quinta - Foro

15.1 Fica eleito o Foro da cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígio decorrentes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que se configure.

E por estarem, assim justas e acordadas, assinam as partes contratantes o presente instrumento em 03(três) vias impressas de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com duas testemunhas, para todos os fins de direito.

Cabrobó (PE), de de 201__.

